

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		3	287.831	307.780
Concessionárias		4	100.613	125.450
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		5	11.766	28.713
Outros tributos compensáveis		5	20.757	35.967
Outros créditos			2.648	2.596
Total do Ativo Circulante			423.615	500.506
Não circulante				
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		5	23.420	
Outros tributos compensáveis		5	89.000	84.316
Tributos diferidos		6	65.674	59.303
Cauções e depósitos vinculados		8	11.520	10.913
Outros créditos			379	
			189.993	154.532
Imobilizado		9	1.319.076	1.362.028
Intangível		10	98.647	108.978
			1.417.723	1.471.006
Total do Ativo Não circulante			1.607.716	1.625.538
TOTAL DO ATIVO			2.031.331	2.126.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores		11	341.014	329.292
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		5	703	
Outros tributos a recolher		5	13.009	14.109
Dividendos		12	30.590	40.955
Debêntures		13	195.808	176.508
Uso do bem público		14	24.145	23.407
Provisões		15	3.886	2.381
Outras contas a pagar			5.292	4.061
Total do Passivo Circulante			614.447	590.719
Não circulante				
Outros tributos a recolher		5	46.505	49.262
Tributos diferidos		6	5	5
Debêntures		13	467.505	573.087
Uso do bem público		14	249.757	241.409
Provisões		15	16.852	19.089
Outras contas a pagar			579	980
Total do Passivo Não circulante			781.203	883.827
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		16.1	219.736	299.736
Reservas de capital		16.3	18.546	18.546
Reservas de lucros		16.3	397.399	333.216
Total do Patrimônio Líquido			635.681	651.498
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2.031.331	2.126.044

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2019	2018
Receitas		17	407.564	327.484
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		18		
Custo do serviço de energia elétrica			(140.571)	(101.448)
Custo de operação			(64.714)	(68.763)
			(205.285)	(170.211)
Lucro bruto			202.279	157.273
Despesas e Receitas operacionais		18		
Despesas gerais e administrativas			(8.869)	(9.193)
Outras despesas e receitas operacionais			(1.503)	(605)
			(10.372)	(9.798)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos			191.907	147.475
Resultado financeiro		19		
Receitas financeiras			34.258	43.960
Despesas financeiras			(108.923)	(89.319)
			(74.665)	(45.359)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			117.242	102.116
Tributos sobre o lucro		20		
Imposto de renda e contribuição social correntes			(3.354)	(6.810)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			6.371	4.369
			3.017	(2.441)
Lucro líquido do exercício			120.259	99.675
Resultado por ação atribuível aos acionistas		21		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)				
ON			0,14432	0,11962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2019	2018
Lucro líquido do exercício		120.259	99.675
Resultado abrangente do exercício		120.259	99.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2019	2018
Geração do valor adicionado		469.716	383.830
Receita operacional		464.972	376.580
Receita relativa à construção de ativos próprios		4.652	7.226
Outras receitas		92	24
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(174.068)	(133.997)
Custos da energia comprada		(116.231)	(74.896)
Encargos de uso da rede elétrica		(38.647)	(36.862)
Materiais		(3.284)	(4.407)
Serviços de terceiros		(10.922)	(11.808)
Outros custos operacionais		(4.984)	(6.024)
Valor adicionado bruto		295.648	249.833
Retenções			
Depreciações e amortizações		(54.916)	(56.644)
Valor adicionado líquido produzido		240.732	193.189
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		36.233	46.712
Valor adicionado total a distribuir		276.965	239.901
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		5.950	6.009
Benefícios		2.006	2.053
FGTS		804	460
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		38.806	41.880
Estaduais		113	69
Municipais		2	23
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		108.923	89.319
Aluguéis		102	413
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		35.988	48.182
Dividendos			12.125
		192.694	200.533
Lucros retidos		84.271	39.368
		276.965	239.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão
Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada		Energia Assegurada		Concessão	
				(Mw)	(MWm)	(MWm)	(MWm)	Início	Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	260,50	280,50	07/11/2001	07/11/2036	

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006.

O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura do contrato podendo ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR assim como no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Da energia assegurada de 280,5 MWm, a Companhia possui comercializado 217,00 MWm no ACL, divididos da seguinte maneira: (i) 142,0 MWm pelo prazo de 3 anos com término em 31 de dezembro de 2019, com o preço base de R\$160,00 por MWh; e (ii) 75,0 MWm pelo prazo de 1 ano com término em 31 de dezembro de 2019, com o preço base de R\$140,00 por MWh. Ambos os contratos são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completam os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$24.916, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$273.902 (R\$264.816 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 14). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00 e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2. Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			117.242	102.116
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos			5	5
Depreciações e amortizações			52.728	56.642
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos			(32)	76
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures			51.218	49.581
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			33.240	32.257
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP			101	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			2.755	566
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			2.546	(2.573)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(5.873)	(2.845)
Outros			1.875	1.333
			255.805	237.153
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			24.837	72.562
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(20.192)	(1.535)
Outros tributos compensáveis				(16.466)
Cauções e depósitos vinculados			(102)	(8.460)
Outros ativos operacionais			(399)	1.701
			4.144	47.802
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores			11.723	(7.215)
Outros tributos a recolher			35.918	26.031
Obrigações Sociais e Trabalhistas				425
Encargos Setoriais			(673)	
Provisões			(3.618)	(2.569)
Uso do bem público			(24.154)	(21.801)
Outros passivos operacionais			(875)	(420)
			18.321	(5.549)
Caixa proveniente das atividades operacionais			278.270	279.406
Imposto de renda e contribuição social pagos			(15.619)	(14.568)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			262.651	264.838
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Imobilizado e Intangível			(3.955)	(4.384)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(3.955)	(4.384)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Redução de capital social			(80.000)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(61.043)	(169.695)
Captação de debêntures			(87.500)	(175.000)
Amortização do principal de debêntures			(50.000)	(51.043)
Pagamentos de encargos de dívidas			(102)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		23.1	(278.645)	(141.248)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			(19.949)	119.206
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			287.631	307.780
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			307.780	188.574
			(19.949)	119.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		282.628	18.546	428.831	-	730.005
Aumento de capital - AGO/E de 07/03/2018		17.108		(17.108)		-
Dividendo de exercícios anteriores - RCA 01/10/2018						

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à alugueis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados na nota 9.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisdição tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	3.089	3.717
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	284.742	304.063
Total	287.831	307.780

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.

4. Concessionárias

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		30.283	30.476
Energia de curto prazo	4.1	70.330	94.974
Total		100.613	125.450

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

O Projeto de Lei 10.985/18 trata-se do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do GSF por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, falta ainda a aprovação no Senado e a sanção presidencial. Atualmente o Projeto de Lei do Senado 3.975/19, está aguardando a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para posterior votação em plenário.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 22.2.4.

4.1 Energia de curto prazo

O saldo de R\$70.330 (R\$94.974 em 31 de dezembro de 2018) refere-se, em sua totalidade, ao não recebimento integral das liquidações junto à CCEE em virtude das liminares vigentes dos agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, para a proteção dos efeitos do GSF (*Generation Scaling Factor*), anteriores a fevereiro de 2018.

7. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus acionistas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado				
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (Despesas) Operacionais	Operacionais			
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018			
Concessionárias (Nota 4)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Espírito Santo	Controle Comum	160,85	01/01/2016 a 31/12/2018		9				92			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018		6.644				71.114			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2019	21.536	22.933			235.538	247.748			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 31/12/2019					77.496				
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2018 a 30/06/2018						15.967			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 31/12/2022	5.194				58.258				
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	193,46	01/01/2019 a 31/12/2018		429				5.114			
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	147,77	01/01/2019 a 31/12/2022	3.597				38.838				
				30.327	30.015	-	-	-	410.130	340.035		
Fornecedores (Nota 11)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 a 31/12/2018			5.143			(30.521)			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 28/02/2019					(12.911)				
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2019 a 31/10/2019					(63.157)				
Encargos de uso da rede básica												
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		14/03/2006 a 07/11/2036			136	136	(5.082)	(4.628)			
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047			2		(30)				
				-	-	138	5.279	-	(81.180)	(35.149)		
Outros créditos e Outras contas a pagar												
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2019			289		401	980	(2.489)	(980)	
Contrato de prestação de serviços (b)												
EDP Comercializadora	Controle Comum		21/11/2019 a 20/11/2024					56		(56)		
				-	-	289	-	457	980	(2.545)	(980)	
				30.327	30.015	289	138	5.279	457	980	326.405	303.906

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 24.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Este contrato de compartilhamento ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(b) **Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 21 de novembro de 2019 com término em 20 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

7.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui contratos de venda de energia no ACL de: (i) 130,20 MWh junto à EDP Comercializadora, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2022; e (ii) 86,80 MWh junto à Furnas Centrais Elétricas, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2022.

7.2 Remuneração dos administradores

	2019			2018		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	1.065	70	1.135	814	70	884
Benefícios de curto prazo (b)	9		9	60		60
Benefícios - Previdência Privada	22		22	11		11
Total	1.096	70	1.166	885	70	955

(a) É composta pela remuneração fixa e variável e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamentoso, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2019	
Depósitos judiciais		15.2.3	2.253	118	(31)	2.340	
Depósitos vinculados		8.1	8.660	133	387	9.180	
Total Não circulante			10.913	133	505	(31)	11.520

8.1 Depósitos vinculados

Refere-se a depósito vinculado relativo à alienação de ativo vinculado à concessão denominado Fazenda Pedra Riscada, conforme Despacho ANEEL nº 3.817/2014. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015, o montante recebido pela alienação do ativo deverá ser depositado em conta bancária vinculada, aberta para esse fim, até a definitiva aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados à concessão.

9. Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

5. Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018		Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compen-sação de tributos	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2019
		Adição	Redução					
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		28.713		3.284	14.746	(10.562)	(995)	35.186
Total Circulante		28.713	-	3.284	14.746	(10.562)	(995)	35.186
Circulante		28.713						11.766
Não Circulante		-						23.420
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	5.1	117.000	18.481	5.725		(19.932)	(18.598)	102.676
IRRF sobre aplicações financeiras		3.278	3.798					7.076
Outros		5						5
Total		120.283	22.279	5.725	-	(19.932)	(18.598)	109.757
Circulante		35.967						20.757
Não circulante		84.316						89.000
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	3.354		(873)		(1.778)	703
Total Circulante		-	3.354	-	(873)	-	(1.778)	703
Outros tributos a recolher								25
ICMS		-	187		(162)			25
PIS e COFINS		2.517	44.946		(4.116)	(23.267)	(17.815)	2.265
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		232	685		(706)			21
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.2	7.227	5.398			(7.227)		5.398
Parcelamentos	5.3	53.243		3.136	(4.937)			51.442
Encargos com pessoal		152	104		(83)			173
Total		63.371	51.320	3.136	(10.004)	(30.494)	(17.815)	59.514
Circulante		14.109						13.009
Não circulante		49.262						46.505

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Em decorrência do recálculo de tributos, no exercício de 2017, pelo regime cumulativo (aliquota de 3,65% de PIS e COFINS) sobre os contratos de venda de energia assinados antes de 31 de dezembro de 2003, anteriormente calculados por meio do regime não cumulativo (aliquota de 9,25% de PIS e COFINS), a Companhia constituiu crédito dos referidos tributo relativos à exercícios anteriores.

O crédito apurado pela Companhia foi de R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$102.485 (R\$ 116.809 em 31 de dezembro de 2018), onde houve atualizações monetárias de R\$15.006 (R\$9.281 em 31 de dezembro de 2018) e compensações no valor R\$46.765 (R

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Valor líquido		Adoção inicial		Transf. para		Depre-		Reclas-		Valor líquido	
	Nota	31/12/2018	CPC 06 (R2)	Ingressos	em serviço	ciações	Baixas	sificação	Outros	31/12/2019		31/12/2019
9.2 Movimentação do imobilizado												
Imobilizado em serviço												
Terrenos		13.155						(28)				13.127
Reservatórios, barragens e adutoras		652.316			1.634	(17.369)						636.581
Edificações, obras civis e benfeitorias		193.345			58	(5.492)						187.911
Máquinas e equipamentos		473.740			383	(23.693)						450.430
Veículos		1.066			7	(230)		(99)				744
Móveis e utensílios		2.223			42	(251)						2.014
Total do Imobilizado em serviço		1.335.845			2.124	(47.035)		(127)				1.290.807
Ativos de direito de uso												
Edificações, obras civis e benfeitorias		-		438	10	(54)				(236)		158
Equipamentos de informática		-		157		(98)		(3)				56
Veículos		-		165		(82)						83
Total Ativos de direito de uso	9.1.1	-		760	10	(234)		(3)		(236)		297
Imobilizado em curso												
Terrenos		22.801			610		(592)	(18)				22.801
Reservatórios, barragens e adutoras		-			51	(1.634)		1.634				51
Edificações, obras civis e benfeitorias		89			12	(58)		28				71
Máquinas e equipamentos		2.741			3.251	(383)		(2.304)				3.305
Adiantamento a fornecedores		-			242			1.252				1.252
A ratear		-			242			(184)				58
Outros		552			437	(49)		(32)	(474)			434
Total do Imobilizado em curso		26.183			4.603	(2.124)		(66)				27.972
Total do Imobilizado		1.362.028			760	4.613		(47.269)	(754)	(66)	(236)	1.319.076

10. Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	1.895	(1.732)	163	20,00	1.830	(1.585)	245
Servidão permanente		248		248		248		248
Direito de concessão - Licenças ambientais	9,62	22.838	(8.650)	14.188	10,00	28.472	(8.964)	19.508
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(67.437)	83.986	3,28	151.423	(62.472)	88.951
		176.404	(77.819)	98.585		181.973	(73.021)	108.952
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente		21		21		21		21
Administração		21		21		21		21
Software		-		-	20,00	270	(269)	1
		-		-		270	(269)	1
Total do Intangível em serviço		176.425	(77.819)	98.606		182.264	(73.290)	108.974
Intangível em curso								
Geração								
Administração		34		34		4		4
		7		7		-		-
Total do Intangível em curso		41		41		4		4
Total do Intangível		176.466	(77.819)	98.647		182.268	(73.290)	108.978

13. Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2019				31/12/2018					
											Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (*)	Instrução CVM nº 476/09	35.000	10	350.000	1ª emissão em 22/11/2016	22/11/2016 a 22/05/2020	Redução de capital e distribuição de recursos aos acionistas	114,50% do CDI a.a. até 22/11/2019; e 100% do CDI + 0,43% a.a. até 22/05/2020	Principal anual a partir de novembro/2018 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	529	87.500			88.029	1.287	175.000		176.287	
(-) Custos de emissão				(2.938)		22/11/2016 a 22/05/2020			Amortização mensal										(540)	(540)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	380	106.645	213.355	320.380	549		320.000		320.549	
(-) Custos de emissão				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal			(468)	(445)	(913)					(1.420)	(1.420)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		1.222	255.000	256.222	212		255.000		255.212		
(-) Custos de emissão				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal				(405)	(405)					(493)	(493)
Total											2.131	193.677	467.505	663.313	2.048	174.460	573.087	749.595		

(*) Conforme Assembleia Geral de Debênturistas foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/05/2020; (ii) pagamento do principal em 50% para 22/11/2019 e 50% para 22/05/2020; (iii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 0,43% a.a. a partir de 22/11/2019; e (iv) liberação da garantia real através do Termo de Liberação a ser assinado.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$408.409 em 31 de dezembro de 2019 (R\$496.836 em 31 de dezembro de 2018).

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018		Juros provisionados		Amortização do custo de transação		Variação monetária e cambial		Valor líquido em 31/12/2019	
	Pagamentos									
Circulante										
Principal	175.000	(87.500)		106.645					194.145	
Juros	2.048	(50.000)	49.868			215			2.131	
Custo de Transação	(540)			(1.063)	1.135				(468)	
	176.508	(137.500)	49.868	105.582	1.135	215			195.808	
Não circulante										
Principal	575.000			(106.645)					468.355	
Custo de Transação	(1.913)			1.063					(850)	
	573.087			(105.582)					467.505	

13.3 Vencimento das parcelas

	Circulante		Não circulante	
	2020	2021	2022	2023
Total		195.808	195.808	
			106.272	
			106.451	
			254.782	
			467.505	
			663.313	

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.
As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

- (i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (ii) Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
- (iii) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos obrigatórios;
- (iv) Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
- (v) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$200.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
- (vi) Celebração de contrato de mútuo pela Companhia, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;
- (vii) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$75.000, salvo se o protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- (viii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000;
- (ix) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$3.000;
- (x) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000;
- (xi) Para a 1ª emissão: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano; e
- (xii) Para a 2ª e 3ª emissões: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

14. Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).
O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.
Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018		Ajuste a valor presente		Encargos e atualizações monetárias		Pagamentos		Transfe-rências		Saldo em 31/12/2019	
	Nota	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Circulante												
Uso do bem público		23.407	(24)		321	(24.154)	24.595				24.145	
		23.407	(24)		321	(24.154)	24.595				24.145	
Não circulante												
Uso do bem público		241.409	4.506	28.437		(24.595)	249.757				249.757	
		241.409	4.506	28.437		(24.595)	249.757				249.757	

15. Provisões

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Licenças ambientais	15.1	3.886	2.381	12.037
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.2		4.815	3.408
Total		3.886	2.381	16.852

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.
Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.
As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custos das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.
A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

10.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido		Transf. para		Amorti-		Reclas-		Valor líquido	
	Nota	31/12/2018	Ingressos	em serviço	zações	Baixas	sificação	Outros	31/12/2019	
Intangível em serviço										
Software		245			65	(147)				163
Servidão permanente		26								

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$219.736 (R\$299.736 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGE realizada em 20 de dezembro de 2018 foi aprovada a redução de capital da Companhia em um montante de R\$80.000, sem alterar a quantidade de ações e mantendo a proporção da participação de cada acionista, devidamente autorizada pela ANEEL conforme Despacho nº 2.179/17. A referida redução foi realizada após decorrido o prazo de 60 dias da publicação da AGE, nos termos do artigo nº 174 da Lei das Sociedades por Ações. Da referida redução, R\$40.000 foram pagos em fevereiro de 2019, e R\$40.000 foram pagos em novembro de 2019.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	499.951.253	60,00	499.951.253	60,00
Furnas Centrais Elétricas	333.300.836	40,00	333.300.836	40,00
Total	833.252.089		833.252.089	

16.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido apurado no exercício		120.259	99.675
Lucro líquido ajustado		120.259	99.675
Incentivos fiscais (SUDAM)	16.3.1	(29.848)	(15.859)
Lucro líquido ajustado		90.411	83.817
Constituição da reserva legal - 5%	16.3.2	(3.422)	(3.422)
		90.411	80.395

Destinação do lucro

		31/12/2019	31/12/2018
Dividendos intermediários - JSCP	12	35.988	48.182
Dividendos intermediários	12	12	12.125
Lucro do exercício a deliberar	16.3	54.423	20.088
		90.411	80.395

16.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	16.3.1	18.546	18.546
		18.546	18.546

Reservas de lucros

		31/12/2019	31/12/2018
Legal	16.1 e 16.3.2	59.948	59.948
Lucro do exercício a deliberar	16.3.3	54.423	20.088
Incentivos fiscais	16.3.1	283.028	253.180
		397.399	333.216
		415.945	351.762

16.3.1 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração (Nota 20.1). O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

16.3.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

16.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício anterior excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$20.088 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 12) conforme deliberação da AGO realizada em 30 de abril de 2019.

17. Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	17.1	2.842.627	2.001.883	410.131	346.694
Energia de curto prazo	17.2	95.614	176.856	54.841	29.886
Receita operacional bruta		2.938.241	2.178.739	464.972	376.580

(-) Deduções à receita operacional

Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS		-	-	(43.010)	(34.834)
				(43.010)	(34.834)

Encargos do consumidor					
P&D				(4.029)	(3.242)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(8.837)	(9.742)
Outros encargos				(1.532)	(1.278)
				(14.398)	(14.262)
				(57.408)	(49.096)

Receitas **2.938.241** **2.178.739** **407.564** **327.484**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

17.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente substancialmente do maior volume nas operações de venda de energia em função da sobra de lastro energético que a Companhia possuiu em 2019 quando comparado ao exercício anterior.

17.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se à liquidação do excedente de energia elétrica contratado, conjugado ao aumento do PLD, sendo em 2019 um PLD médio de R\$208,58 e no mesmo período de 2018 de R\$150,11 (Nota 4.1).

18. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2019				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	105.292				105.292
Encargos de uso da rede elétrica		35.072				35.072
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.2		6.354	2.836		9.190
Material			640	132		772
Serviços de terceiros	18.3		4.846	4.700		9.546
Depreciação - Imobilizado em serviço			44.691	152		44.843
Depreciação - Ativos de direito de uso				339		339
Amortização			7.546			7.546
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			77	1.577		1.577
Arrendamentos e aluguéis				19		96
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(32)	(32)
Outras		207	560	691	(42)	1.416
Total		140.571	64.714	8.869	1.503	215.657

	Nota	2018				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	67.826				67.826
Encargos de uso da rede elétrica		33.452				33.452
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.2		6.289	3.644		9.933
Material			1.473	170		1.643
Serviços de terceiros	18.3		5.688	4.570		10.258
Depreciação - Imobilizado em serviço			46.604	230		46.834
Amortização			7.621			7.621
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				541		541
Arrendamentos e aluguéis			154	246		400
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					75	75
Outras		170	934	333	(11)	1.426
Total		101.448	68.763	9.193	605	180.009

18.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade	18.1.1	76.068	30.521
Energia de curto prazo		45.389	47.728
Outros		(5.433)	(3.523)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(10.732)	(6.900)
Total		105.292	67.826

18.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF.

18.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	3.777	4.334
Encargos	1.349	1.808
Benefício pós-emprego - Previdência Privada	185	197
Despesas rescisórias	228	203
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	451	648
Outros benefícios - Corrente	1.808	1.856
	7.798	9.046
Administradores		
Honorários e encargos	1.380	887
Benefícios dos administradores	12	
	1.392	887
	9.190	9.933

18.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	2.174	1.338
Serviços de manutenção	1.764	2.553
Serviços de limpeza e vigilância	1.638	1.921
Serviços ambientais	436	530
Serviços de informática	1.237	1.583
Serviços de publicação e publicidade	156	250
Serviços de telecomunicações	377	110
Serviços de transporte	230	238
Serviços Compartilhados	982	801
Outros	552	934
	9.546	10.258

19. Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		20.965	14.412
Energia vendida		6.127	17.643
Depósitos judiciais	8	118	
Juros e multa sobre tributos	5	9.009	7.695
Uso do bem público - UBP			1.896
Generation Scaling Factor - GSF			2.480
Outros juros e variações monetárias	19.1		2.578
(-) Tributos sobre Receitas financeiras			(1.975)
Outras receitas financeiras		14	8
		34.258	43.960

Despesas financeiras

Encargos de dívida			
Debêntures	13.2	(51.218)	(49.581)
Juros e multa sobre tributos	5	(3.136)	(4.850)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.2	(1.178)	(25)
Uso do bem público - UBP	14	(33.240)	(34.154)
Generation Scaling Factor - GSF	19.1	(17.079)	
Arrendamentos e aluguéis		(101)	
Outros juros e variações monetárias	15.1	(2.546)	(709)
Outras despesas financeiras		(425)	
		(108.923)	(89.319)
		(74.665)	(45.359)

19.1 Generation Scaling Factor - GSF

A variação entre os exercícios decorre do fato de que, em 2018, o montante de GSF registrado em Fornecedores contemplava a aplicação de juros de 1% a.m. acrescido de atualização monetária calculada pelo IGP-M. A partir de julho de 2018, a Companhia, por meio de parecer de assessor jurídico, concluiu pela não incidência de juros de 1%, procedendo, à época, com a reversão de todo o montante de juros calculado até aquela data e, por consequência, não mais provisionando os referidos juros no exercício de 2019. O valor de atualização monetária continuou sendo reconhecido nos períodos.

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		117.242	102.116
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(39.862)	(34.719)

Ajustes para refletir a alíquota efetiva

IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(28)	(27)
Resultados de equivalência patrimonial			
Juros sobre o capital próprio		12.236	16.382

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 13, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

22.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável							
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	284.742	1.175	1.175	1.175	1.175	290	579	(292)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	9.180	206	206	206	206	51	102	(51)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	293.922	1.381	-	1.381	1.381	341	681	(343)
Debêntures	CDI	408.409	(26.905)	(62.608)	(89.513)	(89.513)	(22.021)	(43.919)	22.147
Instrumentos financeiros passivos	CDI	408.409	(26.905)	(62.608)	(89.513)	(89.513)	(22.021)	(43.919)	22.147
		702.331	(25.524)	(62.608)	(88.132)	(88.132)	(21.680)	(43.238)	21.804

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,1% e 6,4% a.a.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia estão apresentadas na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuído à rubrica de Debêntures refere-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 24.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019					Total	31/12/2018	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos			
Passivos financeiros								
Fornecedores	3.920	969	336.125	457	341.014	329.292	980	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				457	457	457	980	
Debêntures			195.808	467.505	663.313	749.595		
Uso do bem público	2.066	4.103	17.976	104.104	145.653	273.902	264.816	
Arrendamentos e alugueis	32	64	292	121	509	509	-	
	6.018	5.136	550.201	572.187	145.653	1.279.195	1.344.683	

22.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desdobro imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2019, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 13.1) para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

22.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$167.412 (R\$90.213 negativo em 31 de dezembro de 2018) decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) do montante de Fornecedores a ser liquidado junto a CCEE relativo ao GSF, que no momento encontra-se com liquidação financeira suspensa por conta de decisão liminar do STJ (Nota 11); e (ii) da amortização de principal e de juros das Debêntures. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as receitas futuras do negócio e eventuais novas captações de dívida, se necessário.

22.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para os períodos de deterioração do PLD e GSF, em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre destacando o aumento da parcela de energia descontraída de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

22.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de risco:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Classificação da instituição financeira			
AAA		263.316	286.268
AA		21.426	17.795
	3	284.742	304.063

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	
	Pedro Eduardo Fernandes Brito Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
	Cláudia de Barros Cotia Conselheira	Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Stella Maris Moreira Fuão Diretora Presidente, Administrativa e Financeira	Jessé Pinto Ribeiro Diretor de Operação
--	---

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO
--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Enerpeixe S.A.

Palmas - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Efeitos de liminares sobre a aplicação do fator de ajuste de energia - GSF (*Genetation scaling factor*) (Consulte as notas explicativas 4.1, 11.1, 18.1 às demonstrações financeiras)

O volume de energia gerado e vendido pela Companhia depende das condições hidrológicas, que não têm sido favoráveis nos últimos anos. Esse cenário tem provocado redução no volume de geração e aumentado os custos de geração de energia, com a exposição das empresas geradoras aos efeitos do GSF. A Companhia é beneficiária de ação judicial e respectiva decisão liminar visando prevenir e reparar danos decorrentes da exposição aos efeitos do GSF e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD com liquidações ao preço máximo. Em 08 de dezembro de 2015, o Governo Federal promulgou a Lei 13.203 com opção para repactuação do risco hidrológico, no entanto, essa opção não foi exercida pela Companhia. Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes e incertezas relacionadas ao nível de exposição ao GSF e sua mensuração que está suportada por opinião legal dos assessores jurídicos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados ao envolvimento dos nossos especialistas da área jurídica para nos auxiliar nas discussões com a administração sobre a posição atualizada da ação judicial. Adicionalmente, efetuamos confronto dos saldos contabilizados durante o exercício com relação às notas de liquidação da CCEE, e avaliamos as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores relacionados ao GSF, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos

22.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

22.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	31/12/2018
Total de debêntures	663.313	749.595
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(287.831)	(307.780)
Dívida líquida	375.482	441.815
Total do Patrimônio Líquido	635.681	651.498
Total do capital	1.011.163	1.093.313
Índice de alavancagem financeira - %	37,13%	40,41%

23. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

23.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2019						
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos	12	40.955	(61.043)			50.678	30.590
Debêntures	13.1	749.595	(137.500)	215		51.003	663.313
Arrendamentos e alugueis		-	(102)	48	53	510	509
Acionistas não controladores							
Capital social	16	299.736	(80.000)				219.736
		1.090.286	(278.645)	263	53	102.191	914.148

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento				
Dividendos	39.695	(169.695)	170.955	40.955
Debêntures	671.567	28.447	49.581	749.595
Acionistas não controladores				
Capital social	282.628		17.108	299.736
	993.890	(141.248)	237.644	1.090.286

23.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	30.590	40.955
Capitalização no Imobilizado relativo a contingências	1	2.842
Provisão para custos com licença ambiental no Imobilizado e Intangível	(2.416)	172.379
Constituição de arrendamentos e alugueis no Imobilizado	510	510
Total	28.685	43.797

24. Compromissos contratuais e Garantias

24.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2019					31/12/2018	Total geral
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral		
Responsabilidades com locações operacionais	75				75	824	
Obrigações de compra							
Compra de Energia						75.823	
Encargos de conexão e Transporte de Energia	111				111	-	
Materiais e serviços	13.159	14.201	1.912	831	30.103	21.518	
Juros Vincendos de Debêntures	27.028	41.600	12.609		81.237	172.379	
	40.373	55.801	14.521	831	111.526	270.544	

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com